



MP terá que ser avaliada em comissão mista

Após ter julgado inconstitucional a tramitação da medida provisória que criou o Instituto Chico Mendes, STF recua e mantém válidas leis já aprovadas na mesma situação, mas impõe exigência para conversão de novas MPs em lei

O STF recuou no julgamento que declarara inconstitucional a lei de criação do Instituto Chico Mendes (ICMBio). No dia anterior, o tribunal havia apontado vício na conversão em lei da MP que criou o instituto sem a análise prévia de comissão mista do Congresso.

A Advocacia-Geral da União, no entanto, alegou que, com a decisão, mais de 500 leis provenientes de medidas que não passaram por esse colegiado também seriam consideradas inconstitucionais. O STF, então, estabeleceu que só a partir de agora as MPs precisarão passar por comissão mista. **3**

Senadores usarão tablets já na próxima semana

Para o presidente do Senado, José Sarney, uso dos equipamentos no Plenário e nas comissões moderniza a ação legislativa e amplia a transparência. **3**

Arthur Monteiro/Agência Senado



Senadora Ana Rita (C) conduz audiência pública sobre saúde das mulheres: discriminação prejudica assistência



Sarney fala na abertura da exposição sobre os 80 anos do voto feminino: mostra fica em cartaz até 8 de abril

Márcia Kallume/Agência Senado

Debate, exposição e discursos marcam Dia da Mulher

O Senado comemorou ontem o Dia Internacional da Mulher com programação que incluiu debate sobre atendimento de saúde

na rede pública e abertura da exposição *80 Anos do Voto Feminino no Brasil*. No Plenário, vários senadores destacaram conquistas femininas. Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata alertaram para a necessidade de ampliar a representatividade política. **4 e 5**

Gerardo Magela/Agência Senado



Secretário de Segurança do Rio, Beltrame pede que jogo do bicho vire crime

Anteprojeto de novo Código Penal deve ser concluído até maio

Eutanásia, tráfico de pessoas, corrupção e crimes cibernéticos são alguns dos

temas em discussão pela comissão de juristas encarregada do texto. **2**

Rejeição de nome para ANTT gera debate em Plenário

Jorge Viana considerou o resultado da votação uma manifestação política. Roberto Requião vê decisão como exercício do convencimento e Pedro Taques, de análise técnica. **8**



Acir Gurgacz (ao microfone) preside reunião na Comissão de Agricultura

Agricultores criticam demarcação de terras indígenas em audiência

Produtores rurais afirmam que pelo menos 2 mil pessoas terão que

abandonar suas lavouras caso a Funai confirme ampliação de reservas. **6**

Márcia Kallume/Agência Senado

Água encontrada em prospecção de petróleo terá de ser informada

Projeto obriga Agência Nacional do Petróleo a comunicar descoberta de poço d'água à Agência Nacional de Águas. **7**



Luiz Alberto Figueiredo, Sha Zukang, Fernando Collor, Rodrigo Rollemberg e Cristovam Buarque participam de audiência

Secretário: Rio+20 requer mais ação e menos palavra **7**

Projeto garante a idoso pobre dois assentos de graça em avião

Projeto aprovado na Comissão de Infraestrutura prevê a cota em todo voo e para idoso que recebe até dois salários mínimos. **8**

A previsão é do ministro do STJ Gilson Dipp, que preside comissão de juristas encarregada do texto. Ontem, o Senado começou a debater sugestões com advogados e secretários estaduais de Segurança

Código Penal: anteprojeto deve ficar pronto até maio

O SENADO COMEÇOU a debater com representantes do poder público, advogados e secretários estaduais de Segurança sugestões para o anteprojeto de novo Código Penal, a cargo de comissão especial de juristas.

Na primeira audiência, ontem, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e presidente da comissão, Gilson Dipp, informou que pretende entregar o texto ao Senado até maio.

— Estamos examinando mais de 130 leis extravagantes [leis penais fora do código], verificando quais os tipos que podem não integrar o novo Código Penal, a fim de que não tenhamos tantas leis esparsas — afirmou.

O ministro mencionou temas que estão sendo avaliados, como progressão de regimes nos crimes contra a vida, eutanásia, ortotanásia, terrorismo, tráfico de pessoas, crimes cibernéticos e responsabilização de pessoas jurídicas. Ele também defendeu a



Taques (3º à dir.) preside audiência: "Repressão e penas maiores não bastam"

tipificação do enriquecimento ilícito de funcionários públicos, mas mostrou-se contra a transformação da corrupção em crime hediondo.

O presidente da Subcomissão Permanente de Segurança Pública do Senado, Pedro Taques (PDT-MT), disse que, para enfrentar os problemas da segurança, não bastam a repressão e o aumento das penas. É preciso, afirmou, uma política pública consistente.

O secretário de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, Wantuir Jacini, lembrou que há mais de 500 mil presos em penitenciárias

onde caberiam 200 mil. José Mariano Beltrame, do Rio de Janeiro, advertiu para o alto índice de reincidência dos egressos do sistema penal. Beltrame defendeu que o jogo do bicho passe de contravenção a crime e que seja tipificada a prática de milícia.

O relator da subcomissão do Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), advertiu que o atual Código Penal está ultrapassado. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Eunício Oliveira (PMDB-CE), adiantou que o anteprojeto terá prioridade no colegiado.

Testemunho poderá provar embriaguez no trânsito

O anteprojeto de novo Código Penal deve prever a possibilidade de testemunhas comprovarem a embriaguez do motorista ao volante no caso de acidentes de trânsito com ou sem vítimas fatais. Foi o que informou, na audiência de ontem, o procurador regional da República e relator da comissão de juristas, Luiz Carlos Gonçalves.

O procurador explicou que, em caso de crime de trânsito com suspeita de embriaguez, a prova poderá ser feita por qualquer meio admitido pelo Direito, inclusive testemunhos. Ao acusado restará o direito de se submeter a bafômetro ou a exame de sangue para demonstrar que não bebeu. Com isso, explicou Gonçalves, o bafômetro e o exame vão virar instrumentos de defesa.

Violência deve ser tema de comissão, diz Cristovam



Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu ontem a criação de comissão especial para tratar da violência no Brasil. Ele afirmou que a violência é um problema maior até mesmo que o da situação da educação, sempre lembrada em seus discursos.

— Sugiro que nós trabalhemos de maneira sistemática para enfrentar a guerra civil em que vivemos — disse o senador.

A proposta de Cristovam foi motivada por pronunciamento feito na véspera por José Sarney (PMDB-AP), que falou sobre a violência no Brasil. Os números mostram que, apesar de ter 3% da população mundial, o país é responsável por 12% dos homicídios no mundo.

Juristas estudam novas hipóteses de aborto legal

A comissão de juristas também deverá propor a ampliação dos casos de permissão legal para o aborto, sem, no entanto, descriminalizar a prática. As situações em estudo são a inseminação artificial sem concordância da mulher e quando o feto estiver irremediavelmente condenado à morte por anencefalia e outras doenças graves.

Hoje, o Código Penal já dispõe que não são punidos os casos de aborto quando a saúde da gestante estiver em risco e quando ela tiver sido vítima de violência sexual.

A comissão também quer especificar melhor o crime de estupro, dividindo-o nas modalidades anal, vaginal e oral, para permitir o aumento de pena quando mais de uma modalidade for praticada.

Ciro defende projeto de identificação criminal



Ciro Nogueira (PP-PI) fez apelo à Câmara dos Deputados pela aprovação do projeto que estabelece a identificação genética para os condenados por crime praticado com violência contra a pessoa. Aprovado em outubro pelo Senado, o PLS 93/11 (na Câmara, PL 2.458/11) tramita na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

O senador classificou como injustificável o fato de o Brasil estar atrasado em relação aos outros países na implantação do banco de dados de DNA, que considera o mais eficiente mecanismo de identificação criminal.

Ciro Nogueira também celebrou o Dia Internacional da Mulher, comemorado ontem.

Portal lista inscritos e locais de prova para o Senado

Neste domingo, dia 11, candidatos de todo o Brasil farão as provas objetivas do concurso do Senado. Inscreveram-se 157.939 candidatos para disputar as 246 vagas oferecidas. A comissão responsável divulgou ontem, no Portal da Transparência (www.senado.gov.br/transparencia), a relação completa dos inscritos e locais de prova.

Para os cargos de técnico e policial (nível médio) e para os cargos de consultor (nível superior), as provas serão das 8h às 13h. À tarde, das 15h às 20h30, será a vez dos candidatos aos cargos de analista.

Os inscritos devem chegar

com pelo menos uma hora de antecedência, levando comprovante de inscrição ou de pagamento, além de documento de identidade original. Para garantir a lisura, serão colhidas impressões digitais de todos os que estiverem fazendo as provas.

Os cadernos de resposta poderão ser preenchidos com caneta de tinta azul ou preta. Os candidatos devem permanecer no local das provas por período mínimo de duas horas, ou serão eliminados.

Mais informações na página da FGV (www.fgv.br). Lá também é possível fazer a consulta dos locais de provas.

Benedito: remuneração integral para servidores aposentados por invalidez

Benedito de Lira (PP-AL) fez apelo aos senadores pela aprovação sem emendas da proposta de emenda à Constituição que garante a integralidade e a paridade de proventos a servidores aposentados por invalidez (PEC 5/12). Aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a proposição tramita em regime de urgência e será votada em dois turnos no Plenário.

A proposta assegura a quem ingressou no serviço público até a data da publicação da Emenda Constitucional 41/03 o direito a se aposentar por invalidez com proventos integrais e paridade aos servidores na ativa.

— As regras de 2003 construíram um cenário injusto,



Para senador, cenário atual é injusto

em que o indivíduo acometido pela invalidez é tratado com mais rigor do que os servidores saudáveis que se aposentam após os prazos legais — assinalou.

Benedito lembrou que cai anualmente o percentual de aposentadorias por invalidez, que foram, em 2011, pouco mais de 5% das aposentadorias de servidores da União.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário Sessão não deliberativa

9h Destinada a pronunciamentos de senadores.

Código Penal Reunião de comissão de juristas

10h Comissão encarregada de anteprojeto de Código Penal discute os temas "Crimes contra a vida e contra a dignidade sexual" e "Armas de fogo".

CRA Audiência pública com ministro

14h A Comissão de Agricultura reúne-se em Não-Me-Toque (RS) e debate seguro agrícola. Entre os convidados, o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Marta defende Dilma de críticas feitas por Merkel

Marta Suplicy (PT-SP) se disse entusiasmada com o encontro entre duas das mulheres mais poderosas do mundo, a presidente Dilma Rousseff e a primeira-ministra alemã, Angela Merkel. A senadora defendeu Dilma, que fora acusada pela alemã de protecionismo. A presidente brasileira havia dito que os países centrais provocaram um “tsunami monetário” para enfrentar a crise econômica.

— A política econômica do governo Dilma está corretíssima. Para nos protegermos, estamos utilizando os melhores instrumentos, dadas as circunstâncias internacionais — afirmou Marta.

Pinheiro afirma que Brasil cresceu em 2011 sem deixar de lado a área social

Walter Pinheiro (PT-BA) disse que, mais que chegar a sexta economia do mundo, o Brasil fez isso sem deixar de lado “questões sagradas” da área social. Apesar da desaceleração em 2011, o crescimento de 2,7% foi suficiente para ultrapassar o PIB do Reino Unido.

O senador afirmou que,

Eduardo Braga registra redução da desigualdade social

A diminuição da desigualdade social no Brasil foi registrada ontem em Plenário por Eduardo Braga (PMDB-AM). De acordo com estudo do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, citado pelo senador, a pobreza no país caiu 7,9% de janeiro do ano passado a janeiro deste ano. Na última década, mostra o estudo, a renda dos 50% mais pobres do Brasil cresceu 68%. A dos 10% mais ricos, apenas 10%.

— Embora o Brasil continue entre os 12 países mais desiguais, a previsão é que a desigualdade continue a cair como decorrência das políticas públicas de transferências de renda praticadas no Brasil.

apesar do “sentimento de dor” pelo fato de o país não ter alcançado índice maior que os 2,7%, é preciso festejar o crescimento com inclusão em um cenário de crise. Pinheiro afirmou que foi preciso ousadia para “comprar briga” com certos setores e garantir moradia, trabalho e renda em todas as regiões do país.

Agripino diz estar preocupado com PIB per capita baixo



José Agripino (DEM-RN) disse ontem que, apesar de o crescimento do produto interno bruto

(PIB) colocar o Brasil como sexta economia do mundo, há outros índices que merecem atenção.

O senador se disse preocupado com o PIB *per capita*, já que o Brasil é apenas o 55º país nesse *ranking*. José Agripino lamentou ainda o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que coloca o Brasil no 84º lugar mundial.

O parlamentar também fez homenagem à mulher pela passagem do seu dia.

Para Cyro, baixo PIB se deve à desindustrialização



Cyro Miranda (PSDB-GO) lamentou a pequena taxa de crescimento da economia brasileira

em 2011 — de 2,7%.

Na avaliação dele, o pequeno crescimento não pode ser atribuído, como pretendem muitos analistas, à crise europeia, mas muito mais ao forte processo de desindustrialização que o país tem enfrentado, pela falta de competitividade da indústria nacional.

Sobre a estratégia de reduzir os juros, Cyro alertou para a possibilidade de que isso estimule o consumo e traga de volta o risco da inflação.

Supremo decidiu que medida provisória só poderá ser aprovada pelo Legislativo se antes tiver urgência e relevância analisadas por comissão de senadores e deputados; lei do ICMBio continua valendo



Funcionários do Ibama fazem protesto: quando foi criado, ICMBio assumiu parte das funções do órgão ambiental

Decisão do Supremo revê trâmite de MP no Congresso

APÓS TER DECLARADO inconstitucional a lei de 2007 que criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Supremo Tribunal Federal (STF) reformou sua decisão ontem à noite. No entanto, manteve entendimento de que as medidas provisórias (MPs) — a lei de criação do ICMBio nasceu de MP — precisam passar por comissão mista (com senadores e deputados) do Congresso Nacional.

A mudança de posição do STF veio após questão de ordem do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, com o argumento de que a inconstitucionalidade da lei do ICMBio provocaria efeito cascata, anulando centenas de medidas provisórias editadas nos últimos anos.

Assim, o STF manteve o entendimento com relação

ao rito das MPs no Congresso, mas sem anular o que já foi aprovado.

A decisão não invalida a criação do ICMBio nem os atos realizados pela autarquia até aqui, mas obriga o Poder Executivo a corrigir os erros no prazo de dois anos, possivelmente com a edição de nova medida provisória ou projeto de lei.

Também ficou garantida a segurança jurídica de mais de 500 leis provenientes de medidas provisórias com tramitação semelhante àquela reprovada pelo STF.

De acordo com o Supremo, toda medida provisória tem que ser submetida a análise de comissão mista do Congresso, para avaliar a urgência e a relevância, e somente depois ser votada em cada Casa — o que não aconteceu no caso do ICMBio.

— A decisão, de certo modo, prestigia o Congresso na tramitação das medidas provisórias — afirmou o presidente do Senado, José Sarney.

Quando foi criado, o ICMBio assumiu parte das atribuições do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O Plenário do Senado aprovou em agosto passado a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/11, de José Sarney (PMDB-AP), que faz justamente alterações na tramitação das medidas provisórias. A matéria aguarda análise na Câmara dos Deputados.

Pela proposta, em vez de passarem pela comissão mista, as MPs serão submetidas às comissões de Constituição e Justiça do Senado e da Câmara, havendo, em caso de rejeição, possibilidade de recurso ao Plenário da respectiva Casa.

Pinheiro: decisão sobre MPs pode beneficiar o Senado



Para o líder do PT, Walter Pinheiro (BA), a decisão do STF sobre a aprovação de MPs pode ser benéfica para o Congresso, pois obrigará os parlamentares a redefinir os prazos de tramitação dessas medidas, especialmente o curto período que costuma restar para a análise no Senado.

Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo, disse que as comissões, agora, precisarão ter mais cuidado com os prazos regimentais e que a “dificuldade operacional” criada pela decisão do STF deve ser contornada com a aprovação, pela Câmara, da PEC 11/11.

Para Simon, ato do STF “humilha o Congresso”



Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou, antes de o STF ter mudado o posicionamento, que a decisão do Supremo de considerar inconstitucional a criação do Instituto Chico Mendes por medida provisória

“beira o absurdo e humilha o Congresso”.

— Dessa forma, o Supremo põe 466 leis no limbo, feitas a partir de medidas provisórias — afirmou o senador.

Simon se disse crítico das MPs, instrumento do parlamentarismo que deveria ter sido excluído da Constituição quando a população optou pelo presidencialismo.

Senadores trabalharão com tablets no Plenário e nas comissões



O presidente do Senado, José Sarney (E), reúne-se com os membros da Mesa

A partir da semana que vem, os senadores já poderão utilizar *tablets* durante as sessões plenárias e nas comissões.

A medida foi discutida pelos parlamentares na reunião da Comissão Diretora realizada ontem.

— A aquisição dos *tablets* para atender às comissões faz parte de conjunto de iniciativas de modernização do

Senado Federal, proporcionando mais transparência à ação legislativa e ampliando as possibilidades de trabalho dos parlamentares — afirmou o presidente do Senado, José Sarney.

Serão adquiridos 110 *tablets*, ao custo unitário de R\$ 1.718. A escolha da empresa fornecedora foi feita por meio de ata de registro de

preços, numa venda realizada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por meio de pregão eletrônico.

De acordo com Cícero Lucena (PSDB-PB), 1º secretário do Senado, a compra dos *tablets* também visa reduzir o consumo de papel e trazer mais agilidade aos trabalhos legislativos.

Para Pinheiro, “todo dia é o Dia da Mulher”

Walter Pinheiro (PT-BA) fez homenagem às mulheres, destacando a importância da ampliação da bancada feminina no Senado e da presença de Marta Suplicy (PT-SP) como vice-presidente da Casa.

O parlamentar cumprimentou Ivonete Dantas (PMDB-RN) por reforçar a bancada das mulheres nordestinas, o que, em sua avaliação, ajuda

a quebrar a “lógica masculina” vigente na região.

Pinheiro também elogiou Ana Rita (PT-ES), Ângela Portela (PT-RR), Ana Amélia (PP-RS), Kátia Abreu (PSD-TO), Lídice da Mata (PSB-BA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

— Quero estender minha homenagem a todas as mulheres trabalhadoras deste país, às

mulheres que desafiaram e ao longo dos anos conseguiram vencer barreiras, às mulheres que chefiaram as famílias, às mulheres que labutaram no dia a dia e às mulheres que estão hoje no topo dessa pirâmide, inclusive comandando este país. Portanto, todo dia é o Dia da Mulher, e não somente 8 de março — discursou o parlamentar.

Alvaro lembra brasileira que salvou judeus do nazismo

Alvaro Dias (PSDB-PR) prestou homenagem às mulheres citando a paranaense Aracy de Carvalho Guimarães Rosa (1908-2011).

— Aracy Guimarães Rosa merece todas as homenagens. Na Alemanha, corajosamente desafiou o nazismo, que já assumira o poder e começava a sua implacável perseguição aos judeus.



A brasileira trabalhou no consulado brasileiro de Hamburgo, na seção de passaportes. Aracy decidiu ignorar a circular secreta expedida pelo governo brasileiro, que restringia a entrada de judeus no país. Ela simplesmente deixava de identificar as pessoas como judias.

Randolfe lamenta baixa representação



Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) salientou a importância da data para proclamar que é possível construir um mundo de direitos iguais. Ele saudou as “guerreiras” do PSOL no Congresso, destacou a importância da eleição de Cármen Lúcia para a presidência do TSE e lamentou que a mulher esteja sub-representada na política brasileira.

Texto de Bauer prioriza mulher em ação social



Paulo Bauer (PSDB-SC) apresentou projeto de lei que determina que o pagamento de benefícios sociais do governo federal — a exemplo do que já ocorre com o Bolsa Família — seja feito preferencialmente à mulher responsável pela família.

— As mulheres tendem a utilizar os recursos de modo mais eficaz — explicou.

Paim: mulheres querem ação, não discurso



Em homenagem às mulheres, Paulo Paim (PT-RS) citou o texto *O tempo e as jabuticabas*, do escritor Rubem Alves, que retrata uma mulher na maturidade, a quem “o essencial faz a vida valer a pena”. Segundo Paim, as mulheres gostariam de ver em vida não o discurso, mas ações, como o fim da violência.

— Sonhar não é proibido — disse o senador.

Data é reconhecimento das lutas, diz Valadares



Uma data para refletir sobre progressos alcançados e sobre novas demandas femininas. Assim, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) definiu o Dia Internacional da Mulher. Para o senador, a data é “um marco do reconhecimento mundial das lutas e reivindicações das mulheres por igualdade” e possui hoje uma dimensão global.

Blairo fala da ação feminina no partido

Blairo Maggi (PR-MT) disse que o PR tem como política partidária a inserção da mulher como participante ativa na melhoria do país, por meio da participação nos diretórios regionais.

— Conseguimos trazer a mulher para dentro da discussão política não porque tenha maior participação que o homem, mas pela sua sensibilidade, para que traga uma melhora à vida política.

Ricardo Ferraço cita primeira eleitora do ES



Ricardo Ferraço (PMDB-ES) homenageou as brasileiras na figura de Emília Viana Emery, primeira eleitora do Espírito Santo e uma das primeiras do país. Em 1929, ela ganhou na Justiça o direito de votar.

— Ela marcou seu tempo com a sua determinação e representa as mulheres que, no seu anonimato, contribuem para construir este país.

Malta: documento mostra condenação de pastor iraniano

Magno Malta (PR-ES) afirmou que seu gabinete recebeu ontem mensagem creditada ao Tribunal de Justiça do Irã que confirma a condenação do pastor Youcef Nadarkhani à forca, por ter se

convertido ao cristianismo. Na terça-feira, o senador havia se encontrado com o embaixador do Irã no Brasil, Mohammad Ali Ghanezhadeh, segundo o qual o pastor foi preso por roubo e prostituição, não por apostasia.

— Esse documento é uma resposta do tribunal aos advogados do condenado — disse. Malta voltou a conversar com o embaixador, que se comprometeu a se inteirar do caso.



Cláudia Araújo, Ângela Nascimento, senadora Ângela Portela — presidente da subcomissão em Defesa da Mulher —, Lia Zanotta e Deurides Cruz debatem alternativas para melhorar o atendimento a mulheres na rede pública

Mulheres encaram preconceito em serviços de saúde

Problema atinge especialmente indígenas, negras e moradoras da área rural, segundo a antropóloga Lia Zanotta, que ontem participou de audiência no Senado sobre a saúde da mulher

A PROMOÇÃO DA saúde integral da mulher, especialmente da indígena e da negra, depende muito da quebra da discriminação no atendimento e do respeito dos profissionais de saúde à diversidade cultural, étnica e racial das brasileiras. A avaliação surgiu de debate realizado ontem pela Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, vinculada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), como parte das comemorações pelo Dia Internacional da Mulher, 8 de março.

— Há discriminação até de estilo das mulheres. Na área rural, muitas se queixam de que os médicos deixam de atendê-las com o argumento de que são muito gordas e cheiram mal — denunciou a professora de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB) e ativista do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Lia Zanotta. Na avaliação da antropóloga, o combate a esse tipo de preconceito é fundamental para aperfeiçoar a qualidade do atendimento e alcançar, por exemplo, a redução da mortalidade

materna almejada pela Rede Cegonha, do Ministério da Saúde.

Mortalidade

Ainda sobre o programa, a presidente da subcomissão, Ângela Portela (PT-RR), ressaltou a presença da rede em 1.542 municípios de 17 estados, o atendimento a 930 mil gestantes entre março de 2011 e março de 2012 e a redução de 19% no índice de mortalidade materna de 2010 para 2011.

Apesar das dificuldades na assistência à saúde feminina no Brasil, a vice-presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), elogiou a decisão do governo federal de, via Rede Cegonha, conceder ajuda de custo para transporte a partir de abril, no valor de R\$ 50, para as gestantes que fazem o pré-natal pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Ana Rita aproveitou para adiantar que, como relatora da CPI da Violência contra a Mulher, vai defender a notificação compulsória na rede pública de saúde das mulheres com suspeita de serem vítimas de agressão.

Indígenas e negras correm mais riscos

A assessora técnica de saúde da mulher do Ministério da Saúde Cláudia Araújo lamentou a resistência de muitos municípios em estruturar serviço de atenção à saúde para a mulher indígena.

— É uma realidade a dificuldade de acesso da mulher indígena até a ações básicas de saúde. Qualquer ação de saúde precisa ser discutida por todos na aldeia — comentou.

A alternativa, conforme sustentou a médica Deurides Cruz, representante da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, é planejar medidas com uma abordagem intercultural.

— São pessoas [os índios] que têm cultura, hábitos e línguas diferentes e moram em regiões de difícil acesso. Assim, é importante ter abertura nos hospitais para que o paciente possa levar o pajé, para que ele exerça também a sua medicina, ou utilizar rede para dormir.

Deurides anunciou, para este ano, a realização de oficina nacional sobre câncer de mama e de colo de útero voltada para indígenas. Outra ação que será priorizada em 2012 é o monitoramento da violência doméstica e sexual pelo SUS.

Equidade

A representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial,

Ângela Lima Nascimento, afirmou que, ao lado das indígenas, as negras compõem o segmento feminino da população em maior vulnerabilidade na assistência à saúde.

Segundo revelou, são elas que concentram as taxas de mortalidade materna e realizam menor número de consultas de pré-natal. Daí demandarem atendimento diferenciado.

Ângela destacou a adesão do Senado ao Programa Pró-Equidade de Gênero e de Raça. Lançado pelo governo, o programa visa incentivar seus parceiros a detectar e corrigirem eventuais atitudes discriminatórias no ambiente de trabalho.



Manifestações contra o aborto na audiência foram classificadas pela senadora Lídice como intimidações

Opiniões sobre aborto acirram o debate

O final da audiência foi marcado por divergências, em relação ao aborto, entre representantes de entidades civis, debatedoras e senadoras.

Depois que a professora Lia Zanotta disse que muitas mulheres estão morrendo no Brasil por causa do aborto ilegal, as representantes do Movimento de Mulheres pela Vida, Renata Martins, e da Sociedade de Divulgação Espírita Auta de Souza, Maria Angélica, afirmaram que quem defende o aborto não expressa a opinião da maioria das brasileiras.

— A discussão democrática passa por limites na forma e no trato das questões. Não adianta aqui tentar intimidar nem fazer ameaças. A exposição das opiniões deve se dar e o povo é quem decide — declarou a senadora.

Nessa mesma linha de argumentação, Lia Zanotta defendeu a necessidade de se respeitar a diver-

sidade de opinião. Ela disse lamentar que essas entidades tenham focado sua preocupação na questão do aborto, quando, segundo ela, há desafios maiores na assistência à saúde da mulher no Brasil.

Nova audiência

Antes do encerramento dos trabalhos, a subcomissão aprovou requerimento de Ana Rita para realização de audiência pública sobre a situação da saúde da mulher indígena, que deverá contar com a participação de representantes do Ministério da Saúde, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e de comunidades indígenas.

Ana Rita elogia ações a favor da isonomia



Ana Rita (PT-ES) destacou a importância da isonomia das mulheres em relação aos

homens, especialmente no que diz respeito ao salário. Ela elogiou o lançamento, no Senado, do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que visa analisar a estrutura funcional da Casa, corrigir entraves e aumentar a inclusão.

Ana Rita lembrou as pioneiras na luta por direitos, como Bertha Lutz, que em 1922 fundou a Sociedade Brasileira para o Progresso Feminino, dando continuidade ao trabalho de Leolinda Dalto em 1910. Também homenageou Celina Guimarães Viana, primeira eleitora da América Latina. A senadora destacou ainda a aprovação de projeto de sua autoria que concede dois meses extras de seguro-desemprego à mulher chefe de família desempregada (PLS 525/11).

Vanessa lembra origem do Dia da Mulher



Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu maior participação das mulheres na

política brasileira. Ela lembrou que o dia 8 de março foi escolhido em homenagem às 129 operárias que morreram queimadas em 1917, após mobilização por melhores condições de trabalho. A luta por direitos plenos, destacou, ainda não foi vencida. Somente com a Constituição de 1988, o país explicitou em suas leis que homens e mulheres têm direitos e obrigações iguais.

— A conquista do voto foi importante, mas não encerrou o processo de conquista da cidadania. Para que possamos viver numa sociedade de iguais, democrática, a mulher tem que ocupar o seu espaço. Se somos 52% do eleitorado, não podemos apenas ocupar 10% das cadeiras do Parlamento do Brasil inteiro — cobrou.

Lídice quer mais mulheres na política



Lídice da Mata (PSB-BA) avaliou ser necessário e urgente aumentar a representação feminina no Poder Legislativo. Ela reconheceu que a luta por direitos já resultou em conquistas, mas ponderou que ainda há “uma realidade muito grave a enfrentar”. Para ela, embora a Lei Maria da Penha seja um exemplo de conquista, é também a admissão de que a sociedade ainda é machista e violenta, onde homens expressam “a força do poder totalitário fisicamente”.

— Quando completamos 80 anos da conquista do voto feminino, creio ser indispensável afirmar que não é possível levar mais 80 anos para fazer avançar a presença feminina no Parlamento brasileiro. Esse é o desafio essencial — afirmou, ao lembrar que o país ocupa a segunda pior colocação no ranking mundial de mulheres no Legislativo.

Senado abre exposição sobre 80 anos do voto feminino

Como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher, o presidente do Senado, José Sarney, abriu ontem a exposição *80 Anos do Voto Feminino no Brasil*.

Fotos, jornais e outros documentos históricos que narram a conquista do direito de voto das brasileiras estão expostos na Senado Galeria. A exposição vai até 8 de abril.

Sarney disse que, desde sua chegada ao Congresso Nacional, há 50 anos, a mulher sempre se fez presente em funções importantes do Senado.

— Sempre foi uma tradição aqui cheguei, nós temos que seguir o matriarcado. Sempre fomos governados por mulheres aqui — disse José Sarney, citando como exemplos a atual 1ª vice-presidente da Casa, Marta Suplicy (PT-SP), a diretora-geral, Doris Peixoto,

e a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra.

Segundo Marta, o Brasil ainda tem pouca representação feminina no Congresso. Ela informou que na Argentina e na Costa Rica mais de 30% das cadeiras do parlamento são ocupadas por mulheres. No Brasil, a participação feminina ficou em torno dos 10% na última década.

— Quando você mantém o mesmo número, não é estagnação. É retrocesso — disse.

A diretora-geral informou que, dos 6.262 servidores do Senado, 2.568 são mulheres — 86 delas em cargos de comando.

A mostra sobre o voto feminino é organizada pela Diretoria-Geral do Senado e pelas secretarias de Biblioteca, de Informação e Documentação e de Arquivo — todas coordenadas por mulheres.



José Sarney, Doris Peixoto, Marta Suplicy com a neta e Claudia Lyra na exposição

Ivonete: luta por direitos é contínua



A trajetória de conquistas das mulheres no Brasil foi registrada por Ivonete Dantas (PMDB-RN). Ela ponderou, no entanto, que, apesar dos avanços, ainda há muita discriminação e preconceito contra a mulher.

Ivonete pediu aos colegas que agilizem a votação de propostas que combatam a desigualdade de gênero.

— O desafio para nossa geração é tentar reverter esse quadro, bem como quebrar velhos paradigmas formados durante séculos — defendeu.

Ivonete também lembrou as conquistas femininas desde o século 19, como a lei sobre educação da mulher, de 1827.

— Mesmo assim, algumas formas de discriminação ainda perduram: salários mais baixos, dificuldades de promoção na carreira, emprego informal e violência física. A luta é dura e contínua, e não podemos fraquejar — afirmou.

Ângela destaca conquistas femininas

Ângela Portela (PT-RR) destacou conquistas das mulheres nos últimos dez anos. Ela mencionou avanços detalhados no relatório do Brasil entregue em fevereiro à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, realizada em Genebra (Suíça).

O documento aborda políticas governamentais para consolidação da infraestrutura, implementação de reformas e aprofundamento de políticas sociais a serem realizadas até 2014 pelo Fórum Direitos e Cidadania, organizado pelo governo.

Ela elogiou o governo por combater a desigualdade de gênero com a erradicação da miséria.

— A primeira marca do governo Dilma demonstra seu entendimento de que enfrentar a pobreza significa considerar as assimetrias de gênero, raça e classe social — disse.

Agricultores e pecuaristas criticam a possibilidade de revisão dos limites de áreas indígenas, e representantes de índios denunciam que pistoleiros dão sumiço aos corpos

Demarcação de terras indígenas gera polêmica

POSSÍVEL AMPLIAÇÃO DE reservas indígenas acirrou o debate ontem em audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O representante do Sindicato dos Pecuaristas de Porto Velho, Tarso Gonçalves Vieira, afirmou que a Fundação Nacional do Índio (Funai) está revisando os limites de centenas de áreas indígenas no país. Ele citou estudo para ampliação das terras dos índios karitiana, em Porto Velho e Candeias do Jamari (RO), dos atuais 90 mil hectares para 200 mil hectares. De acordo com Vieira, há revisão também da área dos índios kaxarari, de 146 mil hectares para quase 1 milhão de hectares.

Segundo o representante da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de

Rondônia, José Ramalho de Lima, pelo menos 2 mil pessoas que vivem da agricultura em Porto Velho e Candeias do Jamari terão de abandonar as lavouras no caso de ampliação.

O representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Anaximandro de Almeida, disse que terras usadas para a produção agropecuária podem ser reduzidas caso sejam atendidas as reivindicações das comunidades. Ele afirmou que o Supremo Tribunal Federal (STF) vedou a ampliação da terra indígena já demarcada e assegurou a participação dos entes federados na demarcação das terras indígenas em seus territórios. Almeida explicou que o STF fixou em 5 de outubro de 1988, data da Constituição, o “marco temporal” para ocupação indígena.

— Ausência de ocupação ou habitação indígena nessa data desclassifica as terras como sendo indígenas — disse.

O secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber Buzatto, respondeu que índios eventualmente expulsos de suas terras em 5 de outubro de 1988 não estavam lá nessa data e, assim, não poderiam cumprir os requisitos citados pelo representante da CNA.

Giovana Acácia Tempesta, coordenadora-geral de identificação e delimitação de terras indígenas da Funai, afirmou que o tamanho da terra indígena é resultado de estudos técnicos respaldados no Artigo 231 da Constituição, que reconhece aos índios direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Parlamentares querem ajuda a produtor deslocado de área

Na audiência, senadores pediram ao governo providências quanto à insegurança jurídica dos produtores rurais que podem ter suas terras retomadas para a criação ou ampliação de reservas indígenas. O presidente da comissão, Acir Gurgacz, pediu diálogo que leve em conta os povos tradicionais, mas com respeito também aos agricultores.

Para Delcídio do Amaral (PT-MS), os produtores que ocuparam terras atendendo a políticas de colonização não podem deixar as áreas sem compensações, tanto pela terra quanto pelas benfeitorias. Segundo Jayme Campos (DEM-MT), a continuidade do processo nos termos previstos “limpará do mapa” diversos municípios de seu estado.

Waldemir Moka (PMDB-MS) cobrou uniformidade de posição do governo federal. Ele lembrou que a Advocacia-Geral da União adotou parecer, com base em acórdão do STF, que a Funai deve seguir, de forma que as demarcações não serão mais contestadas na Justiça.

Cleber Buzatto, do Cimi, disse que PECs sobre demar-

cação de terras contrariam a vontade dos constituintes. Moka respondeu que os parlamentares têm legitimidade para modificar a Carta de 1988 por terem sido eleitos para representar os cidadãos. Buzatto alegou que “nem sempre as decisões do Congresso correspondem a anseios da sociedade, como na reforma do Código Florestal”.

Membros da CRA destacaram que muitos problemas dos indígenas decorrem de falta de políticas de saúde,

nutrição e educação. Apesar disso, afirmou Moka, “a Funai só se concentra na questão da terra”. Para Ivo Cassol (PP-RO), é preciso aprovar lei que

autorize a exploração dos recursos naturais das reservas pelos indígenas. Quanto a sugestões de oferta de condições para os índios produzirem, Buzatto afirmou que não adianta dar um trator para quem não tem terra e vive à beira das estradas ou em “campos de concentração” — expressão com a qual Delcídio definiu reserva que visitou em Dourados (MS), área restrita onde vivem mais de 12 mil índios, de diferentes etnias.

Senadores pedem diálogo para atender indígenas sem desrespeito aos colonos

Líder indígena quer audiência com Dilma

O líder indígena Eliseu Lopes, da etnia guarani-caiuá, pediu a intermediação de senadores para que seja marcada audiência de lideranças indígenas com a presidente Dilma Rousseff. Ele se queixou de que, desde sua posse, Dilma ainda não abriu espaço em sua agenda. Acir Gurgacz (PDT-RO), presidente da CRA, respondeu positivamente.

Eliseu destacou a condição ancestral dos índios como donos das terras brasileiras e disse que as comunidades não querem recuperar tudo, mas apenas as que são tradicionais. Disse que nelas os “anciões se sentem bem” e que, voltando a esses locais, vão poder viver com tranquilidade, criando os filhos dentro de seus valores. Segundo ele, em áreas de

Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, lideranças estão sendo massacradas, e comunidades, expulsas. Eliseu mencionou a prática dos pistoleiros de dar sumiço aos corpos dos que são assassinados.

O líder destacou que a terra tem significado diferente para os índios, mas que, “para o Brasil, um gado vale mais que uma criança”.



Representante da Funai, Giovana Tempesta explica critérios para a demarcação das terras, ouvida por Acir Gurgacz, Tarso Vieira, Cleber Buzatto e lideranças indígenas que participaram da audiência

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Proposta integra sistemas de informação da ANA e ANP

A descoberta de poços de água doce durante perfurações para prospecção de petróleo deverá ser obrigatoriamente comunicada à Agência Nacional de Águas (ANA), conforme projeto aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) em caráter terminativo.

De acordo com a proposta (PLS 427/09), a comunicação à ANA sobre os aquíferos encontrados será de responsabilidade da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O projeto, da então senadora Rosalba Ciarlini, foi aprovado na forma do

substitutivo de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Segundo a autora, o objetivo é ampliar as possibilidades de acesso a reservas de água doce para populações que vivem em áreas com carência de oferta hídrica. O relator apoia a medida e observa que a integração dos sistemas de informação da ANP e da ANA resultará em maior eficiência para as duas agências.

Valadares modificou o texto para incluir artigo atribuindo à ANA responsabilidade pela regulamentação dos procedimentos técnicos requeridos para o aproveitamento do aquífero descoberto.

Benedito elogia etapa do PAC voltada a áreas urbanas

O programa do governo que prioriza investimentos federais em infraestrutura urbana, chamado Cidade Melhor, foi elogiado por Benedito de Lira (PP-AL). Trata-se de conjunto de ações que integra a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) e que busca promover saneamento, prevenção de desastres naturais em áreas de risco, mobilidade urbana e pavimentação.

O senador ressaltou o fato de o Cidade Melhor ser desenvolvido em parceria

com estados e municípios. O programa conta com R\$ 25,2 bilhões apenas para investimentos em esgotamento sanitário, tratamento de resíduos sólidos, recuperação ambiental, despoluição de vales de rios, urbanização e drenagem de águas pluviais.

— Estamos fazendo uma verdadeira revolução no Brasil, não apenas para minorar danos provocados por enchentes, mas também para combater problemas de saúde pública decorrentes da falta de saneamento básico — disse.



Flexa: muitas contas chegam atrasadas

Flexa propõe tornar obrigatório envio de boleto por e-mail

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apresentou projeto que obriga as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao usuário a opção de receber contas de água, luz e telefone por e-mail.

Mesmo que o consumidor solicite o serviço, os boletos impressos continuarão a ser enviados, a menos que ele peça o cancelamento. Segundo Flexa Ribeiro, o projeto (PLS 28/12) pode acabar com o que ocorre hoje em ocasiões como greve dos Correios, por exemplo, em que o boleto já chega vencido à residência do consumidor e, ainda assim, ele tem de arcar com multa e juros. Outra vantagem é que, se a pessoa estiver viajando, por exemplo, pode imprimir o boleto onde estiver, bastando ter acesso à internet.



Sérgio Souza presidirá subcomissão

País deve liderar discussões sobre a água, diz Souza

Sérgio Souza (PMDB-PR) agradeceu a confiança dos demais senadores que o elegeram para presidir a Subcomissão Permanente das Águas, subordinada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

— Não há como discutir recursos hídricos no planeta sem que o Brasil seja um ator protagonista no processo. Portanto, nosso desafio como membros do Congresso Nacional é ainda maior.

Entre as questões que devem ser tratadas pela comissão, destacou gerenciamento dos recursos hídricos, saneamento básico, poluição das águas e impacto das mudanças no clima.

A três meses do encontro internacional, secretário Sha Zukang cobra rapidez na definição das propostas de acordos que serão apresentadas aos países participantes; ele defende “economia verde”

Secretário da Rio+20 pede mais ação e menos palavras

A CONFERÊNCIA RIO+20, sobre desenvolvimento sustentável, deve dar ênfase à implementação de todos os acordos firmados durante a Rio-92, recomendou o diplomata Sha Zukang, secretário-geral do evento.

Ele alertou para a necessidade de se acelerarem as negociações a respeito das decisões a serem tomadas pelos mais de cem chefes de Estado e governo que se reunirão em junho no Rio de Janeiro, mesmo local do encontro realizado há 20 anos.

— O mundo espera que a conferência apresente um plano de ação e de implementação

[de acordos]. Nós não precisamos de mais palavras. Precisamos de mais ação — disse Sha Zukang, em audiência conjunta das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O secretário-geral lembrou que o mundo já consome 30% a mais de recursos naturais de que o planeta proporciona — um modelo que não é sustentável.

— Temos um tempo muito limitado para completar as negociações. A falta de tempo é um grande desafio. Assim

como a carência de fundos para a participação de países em desenvolvimento — alertou Zukang.

Em 1992, comparou, estavam presentes no Rio de Janeiro 108 chefes de Estado e de governo. Agora, segundo o embaixador, são esperados pelo menos 120 — dos quais 55 já confirmaram presença.

Um dos desafios da conferência, a seu ver, será alcançar entendimento sobre a meta de construção de uma economia verde, que não pode ser vista como “uma nova barreira ao comércio ou uma nova condicionalidade à ajuda externa”.



Luiz Alberto Figueiredo, Sha Zukang, Fernando Collor, Rodrigo Rollemberg e Cristovam Buarque participam da audiência

Collor teme que economia verde vire protecionismo

Anfitrião da Eco-92, como presidente da República, Fernando Collor (PTB-AL) concordou com a necessidade de estabelecer com clareza o significado de economia verde. Ele, que é presidente da Comissão de Relações Exteriores, pediu a garantia de que o mundo não dará um passo atrás em relação aos acordos firmados em 1992.

— Nenhuma resolução pode ser adotada de modo que signifique o retorno a uma situação anterior. A Eco-92 foi um êxito, mas alguns países se acomodaram, há déficit de implementação. Precisamos de uma definição de economia verde. Receio que seja um novo nome para o protecionismo comercial.

Cristovam quer centro de estudos no Rio

Presidente de duas subcomissões estabelecidas no Senado para o acompanhamento da Rio+20, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu o apoio de Sha Zukang para a criação, no Rio de Janeiro, de centro de estudos ligado à Universidade das Nações Unidas sobre “o futuro que queremos”. Esse seria o “grande legado” da Rio+20.

Jorge Viana (PT-AC) observou que os preparativos para a Rio+20 estão mais bem encaminhados que os da Copa do Mundo de 2014. Blairo Maggi (PR-MT) ressaltou a experiência brasileira de grande produtor de alimentos, ao mesmo tempo em que respeitadas rigorosas leis ambientais.

Viana: Rio+20 pode contribuir para melhor qualidade de vida

Jorge Viana (PT-AC) afirmou que a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) pode contribuir para melhorar a qualidade de vida em todo o mundo. O senador elogiou os debates de ontem em audiência das comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Relações Exteriores (CRE).

Na avaliação de Viana, os preparativos para o sucesso



Waldemir Barreto/Agência Senado

do evento estão sendo conduzidos de maneira competente pelos ministros das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e pelo coordenador da Comissão Nacional da Rio+20, embaixador Luiz Alberto Figueiredo.

O senador também homenageou todas as brasileiras pela comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Sarney recebe secretário-geral da conferência ambiental

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem visita do secretário-geral da Rio+20, Sha Zukang, que está no país para tratar dos preparativos para o evento, a ser realizado entre 20 e 22 de junho no Rio de Janeiro.

Zukang se disse impressionado com o entusiasmo dedicado pelos parlamentares brasileiros à preparação da conferência.

José Sarney assegurou que o país está mobilizado para garantir o sucesso da Rio+20.

Senadores debatem veto a Bernardo Figueiredo

Viana afirmou que a rejeição do Senado ao indicado para a ANTT foi política e Blairo atribuiu o resultado à desunião da base do governo, enquanto Requião e Taques disseram que decisão não pode ser diminuída

A REJEIÇÃO AO nome de Bernardo Figueiredo para a direção da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), definida pelo Senado na quarta-feira, produziu debate no Plenário da Casa ontem. Figueiredo havia sido indicado pelo governo para mais um mandato à frente da ANTT.

Para Jorge Viana (PT-AC), a decisão foi manifestação política e surpreendeu pelo fato de ter contado com a adesão de muitos senadores da base do governo. Viana observou, no entanto, que a manifestação política é legítima e disse esperar que o governo absorva “este novo posicionamento” de alguns senadores. A votação ocorreu, segundo análises da



Requião: resultado não foi político, mas exercício de convencimento

imprensa, em meio ao clima de insatisfação que estaria dominando partidos da base, como o PMDB.

No entanto, segundo Roberto Requião (PMDB-PR), o resultado da votação não foi político e, sim, exercício de convencimento, já que Bernardo Figueiredo não

teria condições de permanecer à frente da ANTT. Ele criticou a mídia por “tentar reduzir o valor das instituições”, afirmando que o Senado tem sensibilidade e pretende estabelecer conduta moralizadora.

— Os 36 senadores que rejeitaram o nome de Figueiredo são uma espécie de anjos da guarda da presidente da República — afirmou.

Pedro Taques (PDT-MT) também avaliou que a rejeição a Bernardo Figueiredo não deve ser reduzida a disputa partidária ou a divergências entre senadores e o governo. Na sua opinião, o fato mostra a importância da análise da vida daqueles que são indicados a cargos públicos.

COMISSÃO ADIA ANÁLISE DE NOMES

Depois da decisão do Plenário de rejeitar a recondução de Bernardo Figueiredo para a ANTT, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) resolveu adiar o exame de duas outras indicações para o órgão, que constavam da pauta de ontem.

Os senadores que integram o colegiado decidiram apenas ler os relatórios das mensagens do governo que propõem a recondução de Mário Rodrigues Júnior e a indicação de Hederverton Andrade Santos para a diretoria da agência.

Blairo Maggi atribui derrota do governo à desunião da base

Em pronunciamento ontem, Blairo Maggi (PR-MT) atribuiu à falta de habilidade das lideranças partidárias e de unidade na base governista a derrota sofrida pelo governo na indicação para a ANTT.

O senador disse que a presidente Dilma Rousseff deve ficar atenta “a esse movimento no Senado e na Câmara para que votações

importantes para o país não sejam prejudicadas daqui para frente”.

— Espero que o governo compreenda o que está acontecendo no Senado e na Câmara, e que não tenhamos, em determinado momento, dificuldade para aprovar matérias importantes.

Blairo disse que o PR, mesmo já não pertencendo à base, apoiou o governo.

Passagem de avião grátis para idoso segue para votação final

Projeto que obriga empresas aéreas a reservarem em cada aeronave duas poltronas gratuitas para idosos com renda de até dois salários mínimos foi aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O texto segue para votação final na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O autor do PLS 482/11, Vital do Rêgo (PMDB-PB), explica que o Estatuto do Idoso já assegura esses dois assentos gratuitos, mas não especifica a modalidade de transporte.

O Decreto 5.934/06, que regulamentou a lei, estabelece

o benefício apenas para transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário. Para o relator, trata-se de “grave equívoco”, dada a dimensão continental do país, a carência de boas estradas e as limitações de ferrovias e hidrovias.

O relator, Jayme Campos (DEM-MT), reafirmou que os idosos de baixa renda têm direito a duas vagas em qualquer transporte interstadual, inclusive o aéreo, lembrando que a lei também assegura descontos quando as vagas gratuitas já estiverem ocupadas.

Nova subcomissão verificará serviços da Eletrobras

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou a criação da Subcomissão Permanente para Acompanhamento das Atividades da Eletrobras, com foco na distribuição de energia. A estatal atua como *holding* nesse setor, envolvendo distribuidoras em Alagoas, Acre, Piauí, Rondônia, Roraima e Amazonas.

O requerimento aprovado foi

apresentado por Ivo Cassol (PP-RO). A presidente da CI, Lúcia Vânia (PSDB-GO), informou que a nova subcomissão será instalada na próxima semana.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apresentou seu nome para compor a comissão:

— Queremos ajudar o Ministério de Minas e Energia e buscar soluções para evitar problemas sérios que ocorrem nos estados,

como os apagões diários que acontecem no meu estado [Amazonas].

Os senadores também aprovaram a realização de audiência pública para debater estratégias do governo para prevenir desastres nas atividades relativas à exploração de petróleo.



Lúcia Vânia, Dornelles e Blairo Maggi durante reunião



Jayme elogia fundo para a região Centro-Oeste

Jayme Campos (DEM-MT) relatou o encontro da bancada de Mato Grosso com Marcelo Dourado, diretor da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

O senador se disse entusiasmado com a notícia de que o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), destinado ao fomento das atividades econômicas da região, foi o que mais cresceu no país no ano passado, mais de 24%.



Braga apoia projetos a favor da Zona Franca

Eduardo Braga (PMDB-AM) pediu a aprovação da PEC 103/11, que prorroga por mais 50 anos os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, e do PLC 2.633/11, que estende sua atuação à região metropolitana de Manaus. Ambos tramitam na Câmara.

Braga também analisou o baixo crescimento da economia brasileira, freada pela crise externa e pela inflação. A previsão para 2012, disse ele, é de crescimento de 5%.



Armando defende competitividade da indústria

Armando Monteiro (PTB-PE) cobrou agenda pró-competitividade para o setor industrial. Ele disse que a indústria não registrou crescimento significativo, tendo influenciado no desempenho insatisfatório do PIB de 2011.

Segundo o senador, um dos motivos para a conjuntura desfavorável é a valorização da moeda brasileira: há cinco anos, importações respondiam por 11% do consumo de produtos manufaturados no país. Hoje, são 22%.



Malta protesta contra texto que uniformiza ICMS

Magno Malta (PR-ES) protestou contra a aprovação de matéria (PRS 72/11) que propõe a uniformização das alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados. De acordo com o senador, a medida provocará perdas milionárias ao Espírito Santo. Malta obteve compromisso dos líderes do governo e do PT de que reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, discutirá alternativas para evitar prejuízos.



Cassol cobra recuperação de estradas estaduais

Ivo Cassol (PP-RO) voltou a reclamar da situação das estradas em Rondônia, cobrando providências dos governos federal e estadual e das empresas responsáveis pelas obras. Apesar das críticas, o senador disse confiar nas promessas do diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Jorge Fraxe, que anunciou a recuperação da BR-364. Cassol cobrou providências também para a BR-429 e a BR-425.



Capiberibe quer prioridade para a pesca no Norte

João Capiberibe (PSB-AP) fez apelo ao ministro da Pesca, Marcelo Crivella, para que dê atenção ao desenvolvimento da produção pesqueira na região Norte.

Segundo o senador, mesmo sendo a região Norte o maior reservatório de água doce do planeta, a aquicultura ali responde por apenas 8,7% da produção do país. Ele aponta como necessários investimentos em pesquisa, geração e difusão de tecnologia, por meio de programas de incentivos.